

Alexandre Rocha Almeida de Moraes

Fábio Ianni Goldfinger

*Coordenadores*

# LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

## VOLUME II

- **CONTRAVENÇÕES PENAIS** (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941)
- **CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITOS** (Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967)
- **CRIMES DE PARCELAMENTO DO SOLO** (Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979)
- **CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO** (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986)
- **CRIMES CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO** (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990)
- **CRIMES DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO** (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997)
- **ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR** (Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003)
- **CRIMES FALIMENTARES** (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005)
- **PATRIMÔNIO GENÉTICO** (Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005)
- **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – Lei Maria da Penha** (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006)

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

© 2022 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

#### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Rávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Apoio: Associação dos Magistrados Brasileiros

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L514	Legislação penal extravagante / coordenado por Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.  390p. , 17cm x 24cm. - (v. II)]  Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-339-9  1. Direito Penal. 2. Direito Processual Penal. 3. Legislação Penal. 4. Crime organizado. I. Moraes, Alexandre Rocha Almeida de. II. Goldfinger, Fábio Ianni. III. Título. IV. Série.	CDD: 345 CDU: 343
------	---	----------------------

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de; GOLDFINGER, Fábio Ianni (coord.). *Legislação penal extravagante*: Volume II. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 390p. ISBN 978-65-5518-339-9.

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

<b>Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger</b> .....	13
--	----

### CONTRAVENÇÕES PENAIS – DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

<b>Daniel Magalhães Albuquerque Silva</b> .....	15
1 Introdução .....	15
2 Análise axiológica da Lei de Contravenções Penais brasileira .....	19
2.1 Parte geral da Lei de Contravenções Penais brasileira .....	19
2.2 Parte especial da Lei de Contravenções Penais .....	23
3 Conclusões.....	30
Referências .....	31

### CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITOS – COMENTÁRIOS AO DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967

<b>Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Maurício Salvadori</b> .....	33
1 Introdução histórica .....	33
2 Tipos penais em espécie .....	34
2.1 Crimes de alto potencial ofensivo.....	36
2.2 Crimes de médio potencial ofensivo .....	39
2.3 Crimes contra as finanças públicas (alterações dadas pela Lei nº 10.028/2000) .....	55
3 Efeitos da condenação e reparação do dano .....	56
4 Processo penal nos crimes praticados por prefeitos .....	58
4.1 Aspectos gerais sobre competência para a apuração de crimes praticados por prefeitos municipais .....	58
4.2 A competência originária dos tribunais para a apuração de crimes praticados por prefeitos municipais.....	67
4.3 Da ação penal.....	73

### CRIMES DE PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS – LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979

<b>Alexandre Rocha Almeida de Moraes, José Antonio Aparecido Júnior</b> .....	81
1 O Brasil urbano e o direito ao desenvolvimento .....	81
1.1 A Lei de Loteamentos no subsistema jurídico-urbanístico.....	82
1.2 A instrumentação jurídica do desenvolvimento urbano e a política pública urbanística.....	83
1.3 Propriedade, função social da propriedade e propriedade urbanística.....	84
2 Direito Penal Urbanístico .....	86
2.1 Conceito e espécies de parcelamento do solo .....	90
2.2 Norma penal em branco: desdobro, arruamento e condomínios .....	93
2.3 Tipos penais .....	96
2.3.1 Art. 50, <i>caput</i> .....	97
2.3.2 Art. 50, parágrafo único.....	110
2.3.3 Artigo 51 .....	116
2.3.4 Artigo 52 .....	119
3 Questões controvertidas.....	123
3.1 As penas e institutos despenalizadores .....	123
3.2 A extinção da punibilidade pela regularização do parcelamento do solo.....	126
3.3 Aspectos processuais .....	128

### CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO – LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986

<b>Tiago Caruso</b> .....	129
Introdução .....	129
1 Contexto: a tutela penal da ordem financeira .....	130
2 O almejado combate ao crime de “colarinho branco” e a elaboração da Lei nº 7.492/1986.....	131
3 A lei dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.....	132
3.1 Particularidades da lei .....	133
3.1.1 O Sistema Financeiro Nacional e conceito de instituição financeira .....	133

3.1.2	Delitos financeiros especiais .....	134
3.1.3	Obrigação de reporte e assistência do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários .....	135
3.2	O(s) bem(ns) jurídico(s) penalmente protegido(s) .....	136
3.3	Algumas figuras t�picas problemáticas .....	140
3.3.1	Gestão fraudulenta e temerária (artigo 4� da Lei n� 7.492/1986) .....	140
3.3.2	Apropriação indébita financeira (artigo 5� da Lei n� 7.492/1986) .....	142
3.3.3	Induzimento de sócio, investidor ou repartição competente em erro (artigo 6� da Lei n� 7.492/1986) .....	142
3.3.4	Contabilidade paralela (artigo 11 da Lei n� 7.492/1986) .....	143
3.3.5	Violação de sigilo (artigo 18 da Lei n� 7.492/1986) .....	144
3.3.6	Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior (artigo 22, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei n� 7.492/1986).....	145
4	Aspectos processuais relevantes .....	146
5	Mandamento constitucional para a responsabilização penal das pessoas jurídicas por atos praticados contra a ordem financeira? .....	147
6	Proteção penal (d)eficiente do sistema financeiro? .....	148
	Conclusões.....	150
	Referências.....	150

#### CRIMES CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO – COMENTÁRIOS AOS CRIMES DA LEI N  8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

<b>Annunziata Alves Iulianello</b> .....	157	
1	A tutela do consumidor: considerações fundamentais.....	157
1.1	A tutela do consumidor no Brasil.....	160
1.2	Microsistema de proteção e diálogo das fontes .....	162
1.3	A vulnerabilidade do consumidor, a necessidade de proteção especial e de intervens�o estatal.....	164
1.4	O consumo na sociedade pós-moderna .....	167
2	A tutela penal dos bens supraindividuais e a tutela penal das relações de consumo...	169
2.1	Da evolução da tutela dos interesses individuais aos interesses coletivos.....	169
2.2	Da tutela penal dos interesses supraindividuais.....	172
2.3	Da tutela penal da relação de consumo como tutela de interesses supraindividuais...	178
3	Comentários aos artigos 61 a 80 do Código de Defesa do Consumidor .....	186
	Referências.....	224

#### ASPECTOS PENAIS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB) – LEI N  9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

<b>Fabiola Moran</b> .....	227	
1	Introdução .....	227
	Referências .....	284

#### CRIMES DO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR – LEI N  10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003

<b>Bruno Nazih Nehme Nassar</b> .....	287	
1	Origem e espírito da tutela jurídica do torcedor .....	287
2	Tipologias .....	290
2.1	Corrupção passiva e ativa no âmbito esportivo (arts. 41-C e 41-D).....	290
2.2	Fraude esportiva ou estelionato esportivo (art. 41-E).....	293
2.3	Cambismo e favorecimento ao cambismo (arts. 41-F e 41-G).....	294
2.4	Tumulto e injusto de posse (art. 41-B).....	296
2.4.1	Delitos de posse (art. 41-B, �1�, II).....	299
2.4.2	Art. 41-B, ��2� a 5� .....	301
3	O torcedor no manicômio e os rumos da política criminal no esporte .....	303
	Referências.....	306

#### CRIMES FALIMENTARES – ASPECTOS PENAIS DA LEI N  11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005

<b>Tallita Juliana Ramos de Oliveira</b> .....	309	
	Introdução e precedentes históricos .....	309
	Crime falimentar no direito comparado .....	310
	Bem jurídico e classificação dos crimes .....	311

Elemento subjetivo do tipo .....	312
Dos crimes em espécie .....	312
Fraude a credores .....	312
Bem jurídico tutelado .....	312
Sujeitos do crime .....	312
Conduta .....	313
Elemento subjetivo do tipo .....	313
Consumação .....	313
Aumento da pena .....	314
Contabilidade paralela e distribuição de lucros ou dividendos a sócios e acionistas até a aprovação do plano de recuperação judicial .....	315
Concurso de pessoas .....	315
Redução ou substituição da pena .....	315
Violação de sigilo empresarial .....	316
Bem jurídico tutelado .....	316
Sujeitos do crime .....	316
Núcleo do tipo .....	316
Consumação .....	317
Divulgação de informações falsas .....	317
Bem jurídico tutelado .....	317
Sujeitos do tipo .....	317
Conduta .....	318
Elemento subjetivo do tipo .....	318
Consumação .....	318
Indução a erro .....	318
Bem jurídico tutelado .....	319
Sujeitos do tipo .....	319
Conduta .....	319
Elemento subjetivo do tipo .....	319
Consumação .....	319
Favorecimento de credores .....	319
Bem jurídico tutelado .....	320
Sujeitos do tipo .....	320
Conduta .....	320
Elemento subjetivo do tipo .....	320
Consumação .....	320
Desvio, ocultação ou apropriação de bens .....	320
Bem jurídico tutelado .....	321
Sujeitos do tipo .....	321
Conduta .....	321
Elemento subjetivo do tipo .....	321
Consumação .....	321
Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens .....	322
Bem jurídico tutelado .....	322
Sujeitos do tipo .....	322
Conduta .....	322
Elemento normativo do tipo .....	322
Elemento subjetivo do tipo .....	323
Consumação .....	323
Habilitação ilegal de crédito .....	323
Bem jurídico tutelado .....	323
Sujeitos do tipo .....	324
Conduta .....	324
Elemento subjetivo do tipo .....	324
Consumação .....	324
Exercício ilegal de atividade .....	324
Bem jurídico tutelado .....	325
Sujeitos do tipo .....	325
Conduta .....	325
Elemento subjetivo do tipo .....	325
Consumação .....	325
Violação de impedimento .....	326

Bem jurídico tutelado .....	326
Sujeitos do crime .....	326
Conduta .....	327
Elemento subjetivo do tipo .....	327
Consumação.....	327
Omissão dos documentos contábeis obrigatórios .....	327
Bem jurídico tutelado .....	328
Sujeitos do tipo .....	328
Conduta .....	328
Elemento subjetivo do tipo .....	328
Consumação.....	328
Disposições comuns.....	329
Do procedimento penal.....	332
O acordo de não persecução penal nos crimes falimentares .....	335
Considerações finais .....	335
Referências.....	336

**PATRIMÔNIO GENÉTICO – CRIMES DA LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005**

<b>Eudes Quintino de Oliveira Júnior.....</b>	<b>339</b>
1 Estrutura organizacional da Lei nº 11.105/2005 .....	339
2 Patrimônio genético .....	340
3 Clonagem humana.....	342
4 Clonagem terapêutica e reprodutiva.....	346
5 Tipos penais previstos na lei de biossegurança .....	348
5.1 Clonagem humana .....	348
5.2 Artigo 24 da Lei de Biossegurança .....	350
5.3 Artigo 25 da Lei de Biossegurança .....	354
5.4 Artigo 27 da Lei de Biossegurança .....	357
5.5 Artigo 28 da Lei de Biossegurança .....	359
5.6 Artigo 29 da Lei de Biossegurança .....	361

**COMENTÁRIOS À LEI MARIA DA PENHA – LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**

<b>Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Maria Carvalho .....</b>	<b>363</b>
Introdução .....	363
1 Histórico da violência contra a mulher .....	365
2 Sistema jurídico de proteção da mulher vítima de violência.....	368
2.1 Comentários à Lei Maria da Penha.....	369
2.2 Inaplicabilidade da Lei nº 9.099/95 e do ANPP (art. 28-A, CPP).....	376
3 Revitimização e despreparo das instâncias formais .....	384

<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>389</b>
------------------------------	------------